

Considerações sobre a Participação da China nas Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas

Gustavo Erler Pedrozo

Como citar: PEDROZO, G. E. Considerações sobre a Participação da China nas Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas. *In*: AGUILAR, S. L. C.; CORSI, F. L.; PIRES, M. C. (org.). **A Perspectiva sul-americana das relações internacionais**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p.187-210. DOI: <https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-769-2.p187-210>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA CHINA NAS OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS

Gustavo Erler Pedrozo

INTRODUÇÃO

Historicamente a China, apesar de compor o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) como membro permanente, não utilizava sua prerrogativa com a mesma intensidade que os demais membros do conselho. No entanto, nos últimos anos é possível notar que o país asiático passou a se valer mais de tal condição, bem como aumentou de maneira significativa sua participação nas Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas (OPNU) tanto quantitativamente, quanto qualitativamente, uma vez que os contingentes enviados às operações são compostos, cada vez mais, por tropas do Exército Nacional de Libertação. Em dezembro de 2014, pela primeira vez, os chineses anunciaram o envio de um batalhão de infantaria para a UNMISS (*United Nations Mission on the Republic of South Sudan*) (CHINA, 2014). No presente trabalho, portanto, buscou-se analisar a atual participação chinesa nas OPNU, suas possíveis motivações, e em que medida é possível afirmar que existe uma tendência de alteração das práticas chinesas no cenário internacional em relação à postura propagada em discurso.

Para que se compreenda o tema é necessário recorrer a uma breve análise da política externa chinesa em sua história recente, bem como sua participação nos assuntos da ONU. O que se pode deduzir de maneira antecipada é que o aumento de sua participação nas OPNU ocorre diante de uma alteração no papel que desempenha no mundo hoje (UN, 2015). Se voltamos um pouco no tempo podemos compreender a gênese do princípio orientador da política externa chinesa. Foi no contexto do Movimento dos Países Não-Alinhados que surgiram os “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica” naquele tempo sustentados, além da China, por Índia e Mianmar. O princípio de não-intervenção é bastante característico do discurso chinês e presente em seus documentos oficiais até hoje. Contudo, o grande crescimento econômico dos últimos anos, a presença comercial e financeira em diversas regiões do mundo em consequência disso, e também a maior presença política que acompanha, de certa maneira, o movimento econômico têm alterado o modo como a China se relaciona com os demais países em alguns aspectos.

Neste artigo se trabalha com a hipótese de que a China, por conta de sua posição atual, pela necessidade de garantir sua segurança econômica e os acessos às fontes de matérias-primas, e pela expectativa que se cria em torno do país asiático, a despeito de esforços contrários de seus líderes, desempenha um papel mais ativo no sistema internacional. O referido caso do Sudão do Sul é um exemplo disso, e a mudança na participação da China nas OPNU vêm demonstrar uma tendência: as aspirações chinesas e suas necessidades econômicas podem influenciar na tomada de decisões contraditórias aos discursos tradicionais de não intervenção. Particularmente para a situação que se analisa aqui, a mudança no escopo de atuação das OPNU e dos argumentos utilizados para a concessão dos mandatos, que os diferem das OPNU tradicionais, distanciam a compatibilidade de discurso entre as diretrizes da política externa chinesa com a prática das missões.

O trabalho se organiza da seguinte maneira: na seção subsequente se discute aspectos característicos da política externa da República Popular da China (RPC), sobretudo no que se refere às suas principais diretrizes de atuação ao longo das últimas décadas e suas mudanças principais. Para isso será realizada uma análise de alguns documentos recentes e importantes da formulação da política externa chinesa. Na seção seguinte serão apresenta-

dos os conceitos e as definições principais das OPNU, com o objetivo de fornecer subsídios para a análise posterior. Então, por meio de dados empíricos postos à disposição pela ONU, será analisada a participação chinesa nas OPNU desde o início do século até o anúncio do envio do batalhão de infantaria para a UNMISS.

ASPECTOS HISTÓRICOS DA POLÍTICA EXTERNA CHINESA

Em sua história recente a China saiu de uma condição de subordinação às potências ocidentais para obter uma postura claramente soberana desde a proclamação da República Popular. Embora no começo do regime se possa verificar uma aproximação imediata com a URSS nos campos político¹ e econômico², em pouco tempo já surgiram os primeiros desacordos. Num primeiro momento as diferenças se restringiram a questões ideológicas e estratégicas na condução da sociedade socialista. Todavia, ao longo da década de 1950 as relações foram se tornando mais complexas e a desconfiança cresceu.

Do ponto de vista ideológico já se podiam identificar alguns problemas entre a perspectiva de Stalin – então dominante frente a percepção de Trotsky – e das alguns membros do Partido Comunista da China (PCCh), como se verificou no ano de 1927. A proposta do Comintern para que o PCCh se reunisse com o Guomindang (Partido Nacionalista) para a realização da revolução havia fracassado quando os nacionalistas traíram os comunistas no episódio do conflito entre os sindicatos e as forças estrangeiras em Shanghai. Depois do rechaço sofrido, os comunistas foram perseguidos pelo exército de Jiang Jieshi até que foram desmobilizados. A

¹ De acordo com (DEUTSCHER, 1969, p. 150) “O relacionamento entre o maoísmo e o estalinismo foi, desde o início, bastante ambíguo. Os motivos que levaram o maoísmo a adotar a cor protetora da ortodoxia estalinista são por demais óbvios. Em fins dos anos trinta, Mao e seus camaradas estavam conscientes do peso da influência que, sobre os negócios chineses, o Governo de Stálin iria exercer em consequência da Segunda Guerra Mundial; e temiam que o fizesse da maneira estreita, em interesse próprio e tão oportunisticamente como em 1925-27. Sabiam de sua dependência da boa vontade de Moscou; estavam, contudo, determinados a não permitir que Moscou os usasse [...]. Montaram, portanto, um jogo dos mais intrincados, segundo o qual conduziam sua estratégia independente sem despertar a ira e a suspeita de Stálin. Stalin não pode ter desconhecido totalmente esse fato. Contudo o Comintern não sancionou nem condenou a estratégia “não-marxista” e “não-leninista” de Mao”.

² Parte do desenvolvimento inicial da economia chinesa ocorreu com ajuda soviética. A URSS enviou alguns milhares de técnicos e engenheiros no começo da década de 1950, com o objetivo de participar na construção de cerca de 300 000 indústrias, sobretudo no setor pesado. Contribuiu, também, com um aporte financeiro.

segunda sugestão mais incisiva da frente única por parte do Comintern, uma vez mais, não teve sucesso em perceber as particularidades chinesas e foi proposta a união do PCCh justamente com Jiang Jieshi, de novo. As orientações do Comintern acabaram por trazer mais descontentamento para Mao Zedong e seus seguidores, e por consequência, maior confiança na estratégia revolucionária baseada no campo (FAIRBANK e GOLDMAN, 2007, p. 260).

Ainda que, de acordo com Deutscher (1969, p. 151), Stálin tenha fechado os olhos para aspectos da condução da revolução na China, as diferenças ideológicas foram se acentuando ao longo do tempo. No decorrer da construção da RPC, Mao buscou utilizar suas próprias estratégias também para a organização econômica³. Além da visão soviética na condução da frente socialista, os objetivos centrados na expansão e contenção na Europa trouxeram para Mao uma percepção de ameaça advinda de Moscou. Quando a Alemanha Ocidental passou a se armar, a resposta soviética veio sob a forma do Pacto de Varsóvia, o que desagradou ainda mais aos líderes chineses (KISSINGER, 2011) pelo claro papel preponderante dos soviéticos dentro da instituição. A China, na ocasião, não aderiu ao Pacto como membro permanente, mas apenas como observador. Kissinger afirmou que já no nascimento do Pacto os chineses não tinham a confiança necessária nos soviéticos, o que se pode comprovar com o envio de Zhou Enlai para a Conferência de Bandung e não para o encontro de fundação do Pacto⁴.

Ainda de acordo com Kissinger (2011, p. 185), a experiência histórica chinesa de maneira geral, e em particular a experiência do PCCh na Grande Marcha e na Guerra Civil contra os nacionalistas e os estrangeiros,

³ São exemplos da experiência idiossincrática chinesa o Grande Salto adiante (1958-62), quando o governo concentrou seus esforços na produção de aço nas comunas populares, e a organização das fábricas durante a Revolução Cultural, já após a ruptura sino-soviética, quando houve a tentativa de se fazer uma planificação mais atenta às necessidades das unidades produtivas. Sobre o tema ver: (PEDROZO, 2012) (BETTELHEIM, 1979)

⁴ Lüthi (2007, p. 489) tem uma visão ligeiramente distinta, pois considera que havia relativo interesse por parte dos chineses no Pacto de Varsóvia, sobretudo entre os anos de 1955-57. Porém, a afirmação das ideias maoístas sobre estratégia, e a opção econômica do Grande Salto Adiante distanciaram os interesses de ambos os países e, por consequência, da possibilidade a aproximação no Pacto de Varsóvia: "Communist China's association with the Warsaw Pact Organization was Always under the sway of its relationship with the Soviet Union, which, in the form of Sino-Soviet alliance, pre-dated the multilateral alliance. Being the hinge between the two, Moscow, since 1955, pondered closer cooperation, possibly even a merger. Until late 1957, the People's Republic of China seemed to be ready to integrate gradually, but Mao's launching of the Great Leap Forward (1958-60) and the Soviet-American Rapprochement undermined any military and political cooperation. In 1961, the Chinese leader exploited the Soviet-Albanian split for his domestic needs; as a result, China's institutional relations with the WPO were cut.

davam a Mao Zedong a convicção de que poderia fazer uma revolução melhor que a dos soviéticos. Considerou também que por conta da história chinesa, de sua proeminência na região e no mundo durante longo tempo, os chineses não podiam aceitar o *status* de “sócio menor”.

A referência a esse contexto é importante pois foi quando Zhou Enlai formulou o conceito dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica e os promulgou, um ano depois, na Conferência de Bandung, em 1955. Os princípios, que são até hoje frequentemente mencionados nos documentos chineses relativos à política externa, podem ser enumerados como segue: 1) respeito mútuo à soberania; 2) integridade territorial; 3) não agressão; 4) não intervenção em assuntos internos; e 5) igualdade e benefícios recíprocos⁵. O papel desempenhado pela China frente ao então chamado Terceiro Mundo foi importante em sua busca de não permanecer sob influência direta da URSS.

Mitchell (2007, p. 109) mencionou que durante a Guerra Fria a China utilizou sua solidariedade com os países do Terceiro Mundo para “distinguir-se da rivalidade bipolar entre Estados Unidos e União Soviética”. A adoção de tal política possibilitou à China maior aproximação com os Países do Terceiro Mundo, que por sua vez, viram no país asiático um parceiro importante para a busca de uma alternativa de não-alinhamento, seguramente mais intervencionista no que diz respeito às políticas internas. Mitchell destacou o fato de que a China buscou, assim, além de colocar-se contra a União Soviética desde o ponto de vista geopolítico, estabelecer uma competição ideológica para a liderança do comunismo internacional.

Contudo, o recrudescimento da política exterior soviética sob liderança de Krustchev e sua guinada militar em direção a Ásia no âmbito do Pacto de Varsóvia, junto a todos os problemas referidos acima que já se acumulavam nas relações sino-soviéticas, vieram a ocasionar a ruptura entre os dois países. Tal ruptura significou um período de isolamento da China no cenário internacional. Acrescenta-se a esse contexto a posterior acentuação do caráter ideológico e radical da política externa proposta por Mao Zedong sob a Revolução Cultural. O ataque realizado aos soviéticos na fronteira nordeste da China, no afã da insurreição contra os estrangei-

⁵ Disponível em: <<http://en.people.cn/92824/92845/92870/6441502.html>>.

rismos deteriorou de maneira ainda mais significativa a condição chinesa no contexto internacional. Os soviéticos passaram, então a manter as fronteiras sempre pressionadas (FAIRBANK e GOLDMAN, 2007).

O fim do relativo isolamento chinês ocorreu durante o governo estadunidense de Nixon, assistido por Henry Kissinger. Segundo Pecequilo (2005, p. 195), os Estados Unidos se deram conta da maior complexidade do sistema internacional, devido aos movimentos de independência e à ascensão econômica do Japão e Europa Ocidental, além da conhecida atuação soviética no hemisfério oriental. Para Kissinger haveria uma tendência à multipolaridade em detrimento da polaridade entre EUA e URSS. Por isso a proposta do secretário de Estado para o governo foi “se despir de suas variantes mais utópicas e irreais para buscar comportamentos mais condizentes com os de um grande poder que visava, e tinha, como maior necessidade, instaurar no sistema internacional contemporâneo um sentido de ordem compartilhado” (PECEQUILO, 2005, p. 195). Assim, os chineses e estadunidenses começaram os diálogos já em 1969. Em 1971, Taiwan foi substituída pela RPC nas Nações Unidas.

Ao longo dos anos 1970 a aproximação da China com outros países, depois do apoio dos Estados Unidos à promoção da China única (PECEQUILO, 2005, p. 196), ocorreu progressivamente. O comércio internacional foi retomado lentamente. A morte de Mao, e a opção de Deng Xiaoping por modificar os fundamentos filosóficos do socialismo chinês, desde o enfoque na luta de classes para o desenvolvimento das forças produtivas, fizeram que com que a China a China entrasse em um processo de integração à economia mundial cada vez mais dinâmico.

Shirk (2007, p. 105) analisou a posição chinesa no pós-Guerra Fria e a construção do conceito de “Responsible Power”. Em 1994 foi a primeira vez que a China recebeu um encontro sobre segurança regional. As instruções de Deng Xiaoping após o fim da Guerra Fria haviam sido para ocultar as capacidades chinesas, e esperar pelo momento certo para mostrarem-se. Ao longo dos anos 1990, portanto, resistiu em aceitar a condição de potência em ascensão. Nas palavras da autora: “avoiding international conflicts that could throw the country off course domestically has been the lodestar of Chinese foreign policy in the post-Deng era – with

the exception of the more hard-edged policies toward Japan, Taiwan, and sometimes the United States”.

Ao final da década de 1990, China, em seu discurso interno, associado a intelectuais de *think tanks* importantes, assumiu que estava deixando sua condição de potência regional para converter-se em um poder em ascensão. Houve maior esforço para dar a impressão de a potência em ascensão não se preocupava somente com ela, mas que tinha preocupações de ordem geral no sistema internacional. Essa estratégia recebeu o nome de “Responsible Power”, ou “Poder Responsável”. A denominação evoluiu, e no início do governo de Hu Jintao e Wen Jiabao nomearam a política adotada de Ascensão Pacífica, com o objetivo de gerar menos desconfiança e conferir uma imagem menos agressiva ao crescimento econômico chinês e seu conseqüente aumento de influência política. Depois o conceito foi reformulado para “Desenvolvimento Pacífico”, uma vez que a ideia de ascensão foi considerada problemática (SHIRK, 2007, p. 107-108). Para construir essa imagem e contribuir com a manutenção do *status quo*, a política externa chinesa se organizou em três eixos fundamentais: “accommodating its neighbors, being a team player in multilateral organizations; using economic ties to make friends” (SHIRK, 2007, p. 109).

Como já mencionado, retomamos aqui outro eixo importante da política externa chinesa, a saber, sua relação com os então chamadas países do Sul Global, também chamados atualmente de países menos desenvolvidos ou em desenvolvimento. Como também já referido, no contexto da conferência de Bandung e das conversações posteriores sobre o Movimento dos Países Não-Alinhados a China adotou uma postura condizente com o discurso de cooperação sul-sul que se desenvolvia naquele período. As questões mais importantes tinham relação com a manutenção da independência adquirida e com a busca pela soberania no novo sistema internacional, pautadas pela discussão sobre os conceitos de colonialismo/imperialismo e nacionalismo/independência. Tal discussão desenvolveu-se no sentido da busca por ações cooperativas técnicas, em contraposição à ajuda oficial vinda de cima para baixo (VIGEVANI, 1994) (LEITE, 2012) (CABANA, 2014).

De certa maneira essa característica se mantém nas diretrizes atuais da política externa chinesa, e pode auxiliar na compreensão de sua participação nas OPNU. Em grande parte, os documentos emitidos para

delinear a atuação chinesa em direção aos países do Sul Global⁶ se referem a políticas de não-intervenção e de crescimento econômico harmônico, numa referência clara aos Cinco Princípios e condizente com a política de desenvolvimento pacífico. Os documentos costumam se referir a questões de desenvolvimento comum e de benefício mútuo. Matta (2011, p. 67) disse que “[...] a diplomacia chinesa tem sido cuidadosa: a opção por não tratar de impor estratégias, mas antes de identificar as coincidências e áreas de interesse comum. Trata-se da perspectiva de win-win, do ganho compartilhado, tão frequente em seus discursos e documentos”.

No entanto, como dito por alguns autores, (MOYO, 2013) (PIRES, 2014), embora a China mantenha o discurso, sua própria ascensão trouxe consequências para o sistema internacional de maneira, e também para os países em desenvolvimento, que devem ser compreendidas. É reconhecido que após a crise da Praça de Tiananmen, a China se voltou aos “mundo em desenvolvimento” de maneira mais concentrada e estratégica, dado o fato que o Ocidente reagiu condenando-a e isolando-a por suas ações ao responder aos protestos na ocasião. Ainda que, com já foi dito, a China ainda se reconheça como o maior país em desenvolvimento da atualidade, trazendo a si uma espécie de liderança desse grupo heterogêneo unidos pelo histórico colonial e de explorados, alguns autores não vêem a China dessa maneira. O crescimento econômico dos últimos anos, e suas consequências nos campos políticos e militar, fizeram com que suas ações não estivessem mais voltadas ao mundo em desenvolvimento (MITCHELL, 2007). Biato Junior (2010, p. 30) indicou que

[...] a transformação da China em uma grande potência política e econômica, ao mesmo tempo beneficiária de um processo de “globalização” econômica e objeto de cortejo insistente da parte das potências ocidentais, tende a fazer dela, retórica à parte, uma potência “satisfeita” com a atual estrutura política e econômica mundial e cada vez menos afeita à defesa de posições principistas ligadas à defesa de um *status* – a de um país em desenvolvimento – que ela está rapidamente deixando de lado. Sua renhida oposição à reforma do CSNU, projeto que visa elevar o perfil da importância da Índia, Brasil, Alemanha e Japão, assinala o abandono do posicionamento contestatório chinês anterior em relação ao “hegemonismo” das grandes potências e uma disposição de

⁶ São exemplos desses documentos: “China’s African Policy” de 2006, “China-Africa Economic and Trade Cooperation” de 2010 y 2013, “China’s Policy Paper on Latin America and the Caribbean” de 2008, bem como os documentos que se referem à ajuda e à cooperação de maneira geral como “China’s Foreign Aid” de 2011 e de 2014.

conviver com um sistema na qual é aceita como um membro importante e crescentemente útil às outras potências.

Documentos recentes publicados por importantes *think tanks* como a Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS), e pelo próprio governo chinês (como os Livros Brancos para Defesa) contribuem para conformar o pensamento de não convém à China atuar como protagonista na busca de uma alteração no sistema internacional⁷. O *China Modernization Report*, publicado pela CASS em 2008, buscou definir um modelo para a política exterior da China que foi intitulado *Peace Dove Strategy*, e a partir da representação gráfica de um pombo delineou as frentes de atuação chinesa. Como objetivo fundamental da inserção internacional, representado pela cabeça do pombo, pode-se encontrar a ONU, seguida da região asiática que é o corpo da ave. As regiões do Pacífico (APEC – Asia-Pacific Economic Cooperation) e Europa (AEEC – Asia-Europe Economic Cooperation) estão nas asas. O sul está representado pela cauda do pássaro (incluindo África, Oceania e América do Sul). Ainda que o próprio documento procure afirmar não haver hierarquia entre as posições gráficas, é necessário estar atento à simbologia presente. Na interpretação de Pires e Santillán (2014, p. 346), a representação dos últimos países indicaria um “interesse marginal pelas respectivas regiões.

Carriço (2012) ao analisar extensamente as primeiras edições do Livro Branco da China para Defesa, auxiliado pela análise de importantes especialistas dentro dos organismos responsáveis pela formulação do referido documento, chega seguinte conclusão:

Na mais recente edição dos Livros Brancos da Defesa Nacional [edição de 2010] constata-se um ainda maior refinamento das percepções de (in)segurança da China. Denota-se a continuação e aprofundamento da autopercepção da crescente e incontornável importância do país no sistema internacional bem como de um certo discurso “excepcionalista” ainda que por anteposição ao “excepcionalismo” norte-americano. [...]

⁷ Há, contudo, posições contrárias a essa. A participação chinesa no grupo dos BRICS, por exemplo, e os esforços desses países para construção de um banco de desenvolvimento, alternativo à arquitetura financeira legada do final da Segunda Guerra Mundial pode ser considerada uma ação contestadora do *status quo*. Além disso, a discussão pode se desdobrar no sentido de que a China possui, dentro da concepção do Consenso de Beijing, uma maneira de atuar oposta às potências ocidentais, e, assim, em conformidade com os Cinco Princípios, priorizaria em suas relações internacionais a promoção do desenvolvimento econômico, em detrimento da observação de valores democráticos e dos direitos humanos.

No entanto, a prática diplomática chinesa manteve a preferência, pelo menos quanto ao futuro próximo, em se autopreservar relativamente ao desempenho de papéis proeminentes de liderança internacional e das obrigações que daqui decorrem. Pequim continua a optar por participar em mecanismos operacionais mais consensuais, incrementalistas e menos alimentadores de uma ansiedade global, que pode potencialmente ser detrimental para os seus interesses nacionais mais imediatos.

A participação da China nas OPNU deve ser pautada por essa discussão. O país cresceu nas mais variadas esferas e, pelo que se analisou até aqui tem posição ambígua atualmente. Se coloca como um país em desenvolvimento, mas tem características e necessidades que cada vez mais a distanciam, na prática, do que é colocado em seu discurso tradicional. Apesar de se apoiar historicamente nas suas relações com os países em desenvolvimento, e mesmo mantendo, atualmente, relações que de certa maneira são diferentes das clássicas relações Norte-Sul, como evidenciado pela discussão sobre a característica do Consenso de Beijing, encontra facilidades para persecução de seus objetivos na atuação dentro das normas pré-existentes.

AS OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ DA ONU: HISTÓRICO E CONCEITOS

Como é extensamente sabido, o século XX presenciou dois conflitos mundiais de proporções inimagináveis, mas também, ou por conta disso, foi palco de um esforço no sentido de trazer à luz um “sistema de segurança coletiva de alcance universal”, como nos lembrou Fontoura (2005, p. 39). Ainda de acordo com o autor, os dois principais organismos criados para persecução do referido objetivo, a saber a Liga das Nações (1919) e a ONU (1945) buscaram, sobretudo, a elaboração de “instrumentos para promover a solução pacífica das controvérsias” e tiveram a “preocupação em identificar fórmulas para corrigir a conduta de Estados transgressores que desafiassem a comunidade internacional, com a utilização de sanções e de meios militares”. Os mecanismos preconizados não tiveram a força, nem o consentimento necessários para que fossem efetivamente criados. Particularmente no caso das Nações Unidas, as operações de manutenção

da paz foram os mecanismos alternativos que se tornaram mais visíveis em relação ao tema da segurança internacional⁸ (FONTOURA, 2005, p. 40).

De acordo com definição presente em relatório da ONU:

[...] Peace-keeping is the deployment of a United Nations presence in the field, hitherto with the consent of all the parties concerned, normally involving United Nations military and/or police personnel and frequently civilians as well. Peace-keeping is a technique that expands the possibilities for both the prevention of conflict and the making of peace.

Ainda de acordo com documentos que buscam embasar a atuação das OPNU, é possível delinear características desejáveis das missões. Na década de 1950, o então secretário-geral da ONU, Dag Hammarskjöld, definiu três aspectos centrais das OPNU, que foram observados nas operações subsequentes: 1) a existência de consenso entre as partes em conflito da presença da ONU sob a forma do mandato de OPNU; 2) a imparcialidade do pessoal das OPNU na condução das negociações entre as partes em conflito; e 3) uso da força restrito a ações de autodefesa. Em relatório emitido no ano de 1996, as Nações Unidas reiteraram a necessidade de se observar os três princípios aqui referidos, sob pena de acrescentar elementos de tensão em um ambiente já instável⁹.

Retomando o trabalho de Fontoura (2005), pode-se afirmar, numa perspectiva mais ampla, que existem duas “modalidades de intervenção abrangidas pelo conceito de operações de manutenção da paz”: 1) “missões de observação e afins”, nas quais participam pessoal desarmado; e 2) “forças de paz”, em que, ao contrário da modalidade anterior é composta por tropas armadas. A utilização das tropas armadas também variou ao longo do tempo e de acordo com as missões, podendo ir da utilização de tropas armadas apenas para autodefesa e proteção do pessoal das OPNU, a ações de desarticulação de grupos específicos por meio da força, o que

⁸ Desde a primeira intervenção ocorrida sob os auspícios da ONU com a intenção de promover a paz em regiões conflituosas outras 68 já ocorreram ou estão ainda em andamento. As Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas (OPNU) surgiram no final da década de 1940 com a instituição da “United Nations Truce Supervision Organization” (UNTSO - RES.48/1948), que tinha por objetivo a observação e a garantia das condições para o acordo de trégua entre Judeus e Árabes na Palestina (RES.46/1948).

⁹ “Supplement for an Agenda for Peace” (A/50/60-S/1995/1). Disponível em: < <http://www.un.org/documents/ga/docs/50/plenary/a50-60.htm>>.

indicaria ações voltadas em direção ao conteúdo do capítulo VII da Carta das Nações Unidas

É consenso na literatura que desde a aprovação da UNTSO o escopo de atuação do pessoal da ONU, bem como algumas características dos argumentos utilizados para estabelecimento de uma OPNU foram alterados e diversificados, conforme se desenvolveram as teorias e prática dessas missões. É bastante comum que se utilize uma divisão temporal baseada no fim da Guerra Fria. De fato, ao longo desse período, as OPNU foram restritas devido ao próprio formato do CSNU e da bipolaridade característica do conflito. Até o ano de 1987¹⁰ somente 13 dos 68 mandatos das OPNU foram concedidos¹¹. Além da evidente alteração na correlação de forças, que possibilitou arranjos e negociações diferentes de outrora, houve significativa alteração na hegemonia do pensamento, fazendo com que predominasse a utilização de categorias universalizantes ocidentais, tais como democracia e direitos humanos (WALLERSTEIN, 2007).

Assim, as OPNU que tomaram forma após o fim da Guerra Fria adquiriram uma característica particular de unificação dos temas de segurança internacional com direitos humanos e questões internas. Nas palavras de Figueiredo (2011, p. 6):

[...] Diferentes atores, neste caso, estados nacionais no âmbito do fórum multilateral em que consiste o CS, passaram a articular uma linguagem que associasse um problema originalmente tido como doméstico, violações internas aos direitos humanos, a uma ameaça à segurança internacional.

O resultado foi o grande número de concessões de mandatos de OPNU que se registrou na década de 1990, bem como o consequente aumento da complexidade do escopo de atuação das missões. Staehle (2006, p. 15) afirmou que o esforço de conceituação desse processo gerou uma grande quantidade de categorias, variando desde definições dividindo as ONPU em duas gerações, tendo como marco principal o fim da Guerra

¹⁰ O ano de 1987 é utilizado para a demarcação temporal pois antecede as concessões de mandato de OPNU que ocorreram no período em que Mikhail Gorbachev já estava no poder na URSS, e, portanto, havia maior consenso entre os membros permanentes do CSNU.

¹¹ Uma lista completa e atualizada das OPNU já encerradas ou ainda em andamento pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/operationslist.pdf>>.

Fria, mas também podendo chegar a utilização de até seis gerações. Outras tentativas levaram em consideração o tipo de pessoal empregado, valores, funções, contexto. As nomenclaturas adotadas são as mais diversas, indo das ONPU tradicionais a “operações de paz multidimensional, intervenções humanitárias, peace enforcement, expanded peacekeeping, managing transition, wider peacekeeping, peace support operations, preventive deployment, implementation of a comprehensive”, entre outras.

Staehle (2006, p. 16), ao analisar o caso chinês particularmente, opta pela seguinte combinação de nomenclaturas: 1) *tradicionais*, que têm por característica principal conflitos interestatais e atendem aos três princípios de Hammarskjöld; 2) *gestão de transição*, que buscam facilitar a implantação do acordo político para assunção de novo governo mediante eleições no próprio Estado, ou em território independente, e também respondem diretamente aos princípios acima referidos; 3) *wider peacekeeping*, seriam mandatos inicialmente concedidos na forma de operações tradicionais para garantia de acordo de cessar-fogo, mas que se tornaram complexas e exigiram a prorrogação dos mandatos (para o autor não há uma clara definição de que as *wider peacekeeping* correspondam inteiramente aos princípios das OPNU); 4) *peace enforcement* ou *imposição da paz*, em que há a intenção de coagir as partes envolvidas, por meio do uso da força militar, sob autorização do CSNU, sem no entanto pretender derrotar militarmente a outra parte (fato este que caracterizaria um ato de imposição puro, não previsto dentro das opções de manutenção da paz, mas presente nas prerrogativas do CSNU); e 5) *Peace support operations* em que se pode notar a presença de grande força militar capaz de realizar ações de imposição de paz, ao mesmo tempo em que há grande contingente civil para assuntos administrativos e de ajuda humanitária.

A definição dos tipos de OPNU é importante para analisar quais são as condições em que a China tem maior participação, ou mesmo quando opta por não se envolver. Obviamente, na condição de membro permanente do CSNU, a mera análise de sua participação nas missões não revela a totalidade de sua política para o tema, pois a aprovação de novos mandatos, ou mesmo a decisão pela continuidade de mandatos já existentes dependem de sua atuação no Conselho e das negociações políticas que ocorrem no interior da instituição. Pelo claro motivo de espaço destinado

a este trabalho, não é possível descrever com maiores detalhes esse aspecto, sem dúvida, importante. O trabalho restringe-se, portanto, a uma avaliação das OPNU em andamento, ou que se encerraram nos anos recentes. Busca-se dessa maneira, considerar quais são as características dessas operações, e definir alguma padrão para a maior ou menor participação chinesa com envio de contingente, ou mesmo quais são as missões que opta por não participar.

Para realizar essa discussão, portanto, é necessário ir além da classificação das OPNU e considerar também elementos que possam auxiliar na análise da tomada de decisão dos chineses em participar ou não das missões, e de que maneira. Constata-se também que a utilização das referidas categorias são utilizadas para, não somente analisar as OPNU já em andamento, mas o padrão de votação dos chineses de maneira geral. Considera-se, no entanto, que, para o propósito deste trabalho, seja necessário compreender o objeto de estudo em questão por um viés sistêmico, que leve em conta, além dos aspectos técnicos de definição, o contexto político e econômico em que se inserem.

Nesse sentido, Hirono e Lanteigne (2011, p. 247) colocam a possibilidade de análise da participação chinesa sob três conceitos distintos: 1) considera-la uma *potência em ascensão*, desafiadora das regras atuais do sistema, e promotora de suas próprias normas (ou, em inglês, *norm-maker*), fato pelo qual se pode perceber que a China atua em operações realizadas em territórios ricos em recursos naturais, ou mesmo, pelo fato de que a participação nas OPNU pode significar a persecução de sua estratégia de “desenvolvimento pacífico”; 2) entende-la como *representante do mundo em desenvolvimento*, diante do que seria possível que atuasse dentro das regras existentes, mas com objetivos distintos das potências ocidentais, ou seja, priorizando sobretudo o tema da cooperação sul-sul no interior de sua participação nas OPNU, como evidenciado pelas características de seu pessoal que é enviado (militares com formação técnica responsáveis por projetos de infraestrutura básica, por exemplo); ou 3) como uma *potência média*, que aceita as regras atuais das OPNU (*norm-taker*), evitando, assim, atrito direto com potências maiores.

A PARTICIPAÇÃO DA CHINA NAS OPNU

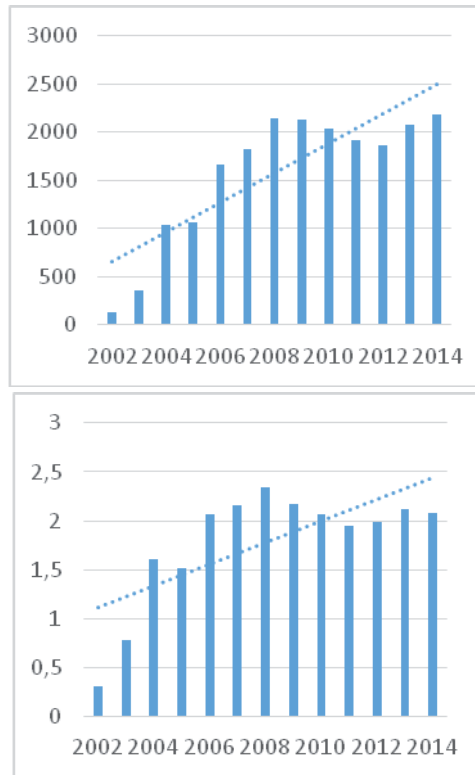
Staehe (2006, p. 27) afirma que a RPC, no período da Guerra Fria, passou por três momentos em suas relações com as OPNU. Num primeiro momento a relação era de grande oposição, uma vez que havia sido citada no caso da Guerra da Coreia, na periodização do autor este período se estende até 1971. Num segundo momento, apesar de já chegar a integrar as Nações Unidas (a partir de 1971) enxergou com grande desconfiança e agiu com cautela em relação a realização de intervenções em Estados mais fracos. Atitude coerente com a experiências dos anos anteriores. Nas palavras de Staehe (2006, p. 26), no referido período, a China “[...] não participou de nenhuma votação sobre OPNU no Conselho de Segurança, nem realizou pagamentos das despesas orçamentárias das operações de paz”. Entre 1981 e 1990, na terceira fase identificada pelo autor, no entanto, a atuação chinesa em relação ao tema começou a se alterar e, no Conselho de Segurança, votou a favor de todas OPNU de tipo “tradicional”¹² e “missões de transição administradas”¹³, embora sua participação no orçamento e no envio de tropas ainda não fosse sistemática.

De acordo com Gill e Chin-Hao (2009, p. 2) foi no ano de 1982 que a China realizou sua primeira contribuição financeira para OPNU, e logo em seguida já solicitou sua entrada no Comitê Especial para Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas. A primeira participação com o envio de tropas, no entanto, só ocorreu no ano de 1989, para o UNTAG (*United Nations Transition Assistance Group*), na Namíbia. Na ocasião enviou 20 observadores militares (GILL e CHIN-HAO, 2009). Ao longo da década de 1990, apesar de certa diversificação das missões em que participou, a característica marcante do contingente chinês foi a reduzida participação de tropas militares, quando comparado com outros países em desenvolvimento.

¹² Cf. (STAEHLE, 2006, p. 16) “Traditional peacekeepers want to provide the political space necessary for warring states to reach an agreement. Rather than attempting to resolve a conflict themselves, they try to build confidence and facilitate political dialogue for others to do so. These peacekeepers are usually deployed after a ceasefire agreement between states has been reached”.

¹³ “These multidimensional missions facilitate and then implement the political settlement agreed between the conflicting parties until the event of fair election or the independence of a new state. Such operations take on a wide range of responsibilities in order to transform states and societies: they supervise elections, build democratic institutions, conduct military and police training, promote post-conflict rehabilitation, and protect human rights. Rather than being deployed between states, peacekeepers operate within states after a ceasefire agreement has been reached” (Ibid).

Figura 1 – China: Participação em OPNU 2002-2014 (números absolutos e % de participação)



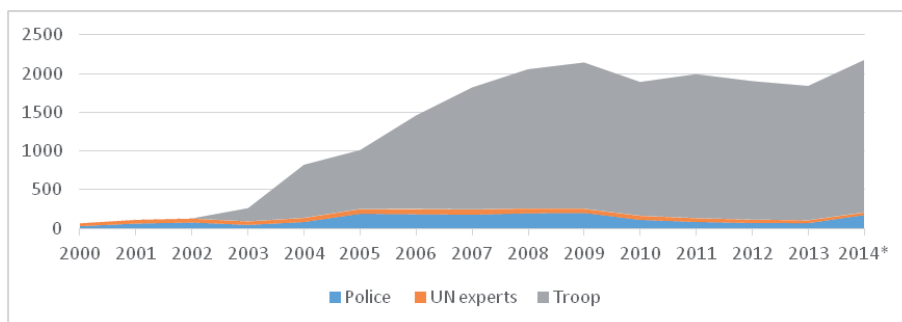
Fonte: (ONU, 2015)

A partir dos anos 2000, contudo a participação chinesa nas OPNU aumentou de maneira significativa. De acordo com o ranking fornecido pela ONU, a China saiu do 46º lugar (com um contingente total de 67 integrantes) no ano de 2000, para a 13ª posição em dezembro de 2014 (já contando com um contingente total de 2181 integrantes). Na figura é possível identificar que o crescimento da participação chinesa se deu, não somente em números absolutos, mas também quando comparada à participação dos demais países que contribuem com as forças de manutenção de paz da ONU. É interessante notar que Hirono e Lanteigne (2011, p. 247) consideram esse aumento da participação da China um elemento para a classificar como um país em desenvolvimento, uma vez que os principais contribuidores das ONPU são países em desenvolvi-

mento que almejam maior proeminência no cenário internacional. Índia, Paquistão, Bangladesh, por exemplo, são todos países que ocupam os primeiros lugares no referido *ranking*. Cabe ressaltar, que dentre os membros permanentes do CSNU, a China é o mais representativo nas OPNU.

A composição do contingente chinês também se alterou de maneira significativa ao longo da década de 2000. Se no início de suas atividades nas OPNU a participação chinesa se resumia ao envio de observadores militares e policiais, passou cada vez mais a enviar tropas militares. Ainda que a primeira tropa militar chinesa enviado à campo date de 1992, para o Camboja, o movimento não foi perene. Como se pode notar na figura 2, no início dos anos 2000 a china não contava com a participação de nenhuma tropa nas OPNU, embora tivesse 28 policiais e 39 observadores militares em campo. A partir de 2003, contudo, com a participação das tropas chinesas na MONUC, na República Democrática do Congo (221 soldados), e na UNMIL, na Libéria (68 soldados) a situação passa a se alterar, e as contribuições chinesas nessa modalidade passam a ser frequentes.

Figura 2 – China: Tipo de pessoal empregado nas OPNU



Fonte: (ONU, 2015) * Os dados para o ano de 2014 são relativos ao mês de dezembro. Para os outros anos são utilizadas médias anuais.

Em consonância com o discurso cooperativo e de não intervenção interna, baseado nos Cinco Princípios e extensamente presente nos documentos chineses, a participação das tropas militares enviadas pela China tinham grande concentração de pessoal técnico especializado. Dados atuais disponibilizados pela página web da UNMIL dizem que as tropas chinesas são responsáveis por liderar uma unidade de engenharia, uma unidade de transporte, um hospital de nível 2 e um hospital de nível 1. De acordo com

dados apresentados pelo mais recente Livro Branco para defesa da China, pode-se perceber a preocupação que os chineses têm com as áreas de saúde e infraestrutura básica, por exemplo:

As a December 2012, a total of 1842 PLA officers and men are implementing peacekeeping tasks in nine UN mission areas. Among them, 78 are military observers and staff officers, 218 are engineering and medical personnel for the [...] MONUSCO, 558 are engineering, transportation and medical personnel for the [...] UNMIL, 335 are engineering and medical personnel for the [...] UNIFIL, 338 are engineering and medical personnel for the [...] UNIMISS, and 315 are engineering personnel for the [...] UNAMID. [...] Over the past 22 years, Chinese peacekeepers have built and repaired over 10,000 km of roads and 284 bridges, cleared over 9,000 mines and various types of unexploded ordnance (UXO), transported over one million tons of cargo across a total distance of 11 million km and treated 120,000 patients.

Em estudo recente Hirono (2011) sugere que a participação chinesa nestes tipos de operações está relacionada a sua necessidade de adquirir melhor imagem com a população de determinados países e regiões, após manter relações escusas num passado recente. Considera que o caso do Camboja e do Sudão do Sul são bastante sintomáticos, embora os esforços chineses não sejam tão bem sucedidos quando se toma em análise a percepção da população após algum tempo da presença chinesa na forma das OPNU. Embora se possa concordar com tal argumento, sugere-se, neste trabalho, que mais que a conquista de apoio local (são regiões de alta densidade de recursos naturais importantes para manutenção do crescimento econômico chinês), a participação nessas OPNU, e da forma como é realizado, está em conformidade com o esforço chinês de deixar transparecer um “poder responsável”, cada vez mais atuante no cenário internacional conforme desenvolve-se economicamente, mas que ao mesmo tempo se reafirma como um país em desenvolvimento, atento às condições de seus semelhantes e disposto a compartilhar suas experiências e avanços no campo técnico, conforme a linha de política externa que desenvolve com maior ou menor intensidade desde a Conferência de Bandung.

Retomando as definições utilizadas por Staehle (2006), que foram apresentadas na seção anterior, as missões de tipo “wider peacekeeping” foram restritas aos anos 1990, e, nos anos 2000, as operações de

apoio à paz (peace support operations) passaram a ser mais recorrentes. Tal fato explicaria, portanto, a maior participação chinesa nas OPNU, uma vez que nas operações deste segundo tipo o uso restrito da força para fins de autodefesa estariam mais claros, e as tarefas de imposição da paz seriam realizadas por países pivôs com a aprovação do CSNU na forma de um mandato bem definido. Deste ponto de vista, os objetivos das missões têm maior probabilidade de estarem em consonância com o discurso chinês de política externa, sobretudo no que diz respeito à participação em tarefas de reconstrução, e ao seu discurso de não intervenção. No entanto, acrescenta que “[...] at the same time, the complex and multifunctional design of peace support operations made it more difficult for the Chinese to withhold their support without damage their reputation among the developing countries” (STAEHLE, 2006, p. 60). Em resumo, sua participação nas OPNU torna-se mais ambígua, e dificulta a sustentação de sua imagem como líder do mundo em desenvolvimento em oposição à imagem oposicionista das potências tradicionais.

Nesse sentido é importante ressaltar o recente anúncio chinês de que nos próximos meses concluirá o envio de aproximadamente 700 militares que compõem um batalhão de infantaria completo do Exército Nacional de Libertação. Há que se ressaltar que é a primeira ação deste tipo realizada pela China. Como já mencionado, a participação da China nas missões definidas como de suporte à paz até então concentravam-se nas tarefas relacionadas à reconstrução de infraestrutura, auxílio logístico à operação ou envio de pessoal para prestação de cuidados médicos. Apesar do Comandante Wang Zhen afirmar em entrevista à agência estatal de imprensa chinesa que a presença do batalhão é estritamente para propósitos de autodefesa, ressaltou que estará equipado com “[...] drones, armored infantry carriers, antitank missiles, mortars, light self-defense weapons, bulletproof uniforms and helmets, among other weapons [...]” (CHINA, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A China parece manter uma política condizente com a busca do Tao, do caminho ponderado entre extremos para seguir adiante. O discurso da sociedade harmoniosa, da ascensão e desenvolvimento pacíficos tam-

bém parece estar de acordo com os ensinamentos de Confúcio. Exemplos dessa característica não faltam na história do gigante asiático.

Por esse motivo, na primeira seção, voltou-se ao período e aproximação da RPC com a URSS, os problemas que surgiram e as soluções encontradas. Seguramente o discurso da não intervenção e da proteção à soberania nacional fazia bastante sentido aos chineses na ocasião. Existia a pressão natural oriunda do bloco ocidental, e ademais existia a pressão no bloco socialista liderado pela URSS, que só se aprofundou com a política externa desastrosa de Mao durante a Revolução Cultural. Embora a saída encontrada pelos líderes chineses nesse contexto tenha sido a aproximação com os Estados Unidos do pragmática dupla Nixon/Kissinger, a cautela em aderir e em alinhar-se politicamente de maneira indiscriminada foi mantida. Prova disso é a permanência da centralidade dos “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica” nos discursos chineses até hoje.

Como demonstrado, o próprio ingresso “de facto” da RPC nas Nações Unidas foi lento e cauteloso. Particularmente no que diz respeito às OPNU, as primeiras reações foram de alinhamento direto ao discurso da não-intervenção – aliadas ao sentimento de desconfiança por ter sido diretamente alvo de sanções do CSNU – fato que se tornou claro pela sistemática indiferença com que tratou as votações para mandatos de operações de paz. O início de seu envolvimento, que ocorreu a partir de 1981 foi marcado por votações favoráveis a todas as OPNU que foram aqui classificadas como “tradicionais” e “missões de transição monitorada”. Conforme a referida classificação as duas categorias, dentre as outras cinco consideradas, foram as únicas que atenderam inteiramente aos três princípios originais das OPNU delineados no estudo de (STAEHLE, 2006), a saber 1) consentimento, maior ou menor, de todas as partes conflitantes sobre as atividades das missões; 2) imparcialidade dos integrantes das missões em relação às partes conflitantes; e 3) uso mínimo da força, somente como último recurso e em defesa própria.

Nesse período, apesar de enviar pessoal para compor as OPNU, teve uma participação tímida, que pode ser explicada tanto pela cautela sugerida por Deng Xiaoping nas condução da política externa preocupada em não assumir grandes responsabilidades ao mesmo tempo que busca maior inserção internacional, como pelas características das OPNU do período, que muitas vezes poderiam ser contrárias ao discurso chinês

para política externa. A maior proeminência econômica e a necessidade de aumentar sua participação nos assuntos internacionais que acompanhou tal condição encontrou um contexto distinto nos anos 2000, quando se passou a questionar o discurso ocidental universalizante que havia se tornado hegemônico com o final da Guerra Fria. As OPNU foram, como não poderia deixar de ser, influenciadas por isso. As novas características das OPNU, foram, agora, de encontro às necessidades chinesas e puderam melhor se adequar à sua política externa, que, ao menos em discurso busca se aproximar do mundo em desenvolvimento e colocar-se como seu líder.

Conforme os chineses vão assumindo maiores responsabilidades no sistema internacional, no entanto, torna-se mais difícil manter a compatibilidade entre o discurso e suas práticas. A participação chinesa nas OPNU nem sempre é vista com bons olhos pelas populações locais, mas ainda serve como instrumento importante de promoção da imagem chinesa no restante do mundo. A maior complexidade das OPNU é outro ponto de divergência entre a prática e o discurso chinês, uma vez que demanda cada vez mais envolvimento, e não somente em temas que possam ser diretamente relacionados à cooperação sul-sul. O envio de seu primeiro batalhão de infantaria para a missão no Sudão do Sul é um sintoma importante dessa incompatibilidade. As afirmações oficiais sugerem que a participação do referido batalhão do Exército Nacional de Libertação está em conformidade com uma das diretrizes básicas das OPNU que é a utilização das forças somente com objetivo de autodefesa, mas que podem ser utilizadas para desmobilização de forças divergentes aos propósitos da manutenção da paz.

Ainda que protegido pela institucionalidade da ONU, sobretudo pelo fato de que uma OPNU deve sempre ser aceita pelas partes envolvidas no conflito para que possa ser aprovada pelo CSNU, o discurso chinês de não-intervenção pode ser questionado. Não significa, no entanto, que a China esteja se distanciando da lógica westfaliana de soberania, uma vez que as forças que podem ser desmobilizadas em situações específicas estão associadas a milícias atomizadas não organizadas na forma de um Estado. Mas será necessário estar atento aos desdobramentos da presença chinesa nas OPNU, tendo em vista a tendência de alteração nas formas como participa das operações, e diante da perspectiva de transformação de sua posição no cenário internacional atual.

REFERÊNCIAS

- BETTELHEIM, C. *Revolução Cultural e organização industrial na China*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- BIATO JUNIOR, O. *A Parceria Estratégica Sino-Brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006)*. Brasília: FUNAG, 2010.
- CABANA, S. L. *Cronología e história de la cooperación sur-sur: un aporte desde Iberoamérica*. Programa Iberoamericano para fortalecimiento de la cooperación sur-sur. [S.l.]. 2014.
- CARRIÇO, A. Os Livros Brancos da defesa da República Popular da China 1998-2010. *IDN Cadernos*, Lisboa, maio 2012.
- CHINA. sends first infantry battalion for UN peacekeeping. *Xinhua*, 2014. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/china/2014-12/22/c_133871006.htm>. Acesso em: 16 jan. 2015.
- DEUTSCHER, I. O Maoísmo: origens, antecedentes e perspectivas. In: _____. *Problemas e perspectivas do socialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- FAIRBANK, J. K.; GOLDMAN, M. *China: uma nova história*. Porto Alegre: L&PM, 2007.
- FIGUEIREDO, M. V. M. A. Transformações nas operações de paz e proteção humanitária no pós-Guerra Fria. In: _____. *3º Encontro Nacional da ABRI*. São Paulo: [s.n.], 2011.
- FONTOURA, P. R. C. T. D. *O Brasil e as operações de manutenção de paz das Nações Unidas*. Brasília: FUNAG, 2005. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/23-Brasil_e_as_Operacoes_de_Manutencao_da_Paz_das_Nacoes_Unidas_O.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2015.
- GILL, B.; CHIN-HAO, H. China's expanding peacekeeping role: its significance and the policy implications. *SIPRI Policy Brief*, fev. 2009. Disponível em: <<http://books.sipri.org/files/misc/SIPRIPB0902.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2015.
- HIRONO, M. China's Charm Offensive and Peacekeeping: the lessons of Cambodia - what now for Sudan? *International Peacekeeping*, 3, n. 18, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/13533312.2011.563097>>. Acesso em: 15 fev. 2015.
- HIRONO, M.; LANTEIGNE, M. Introduction: China and UN Peacekeeping. *International Peacekeeping*, 3, n. 18, 2011. 243-256. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/13533312.2011.563070>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

- KISSINGER, H. *Da China: uma perspectiva profunda sobre a história da nova superpotência do século XXI*. [S.l.]: [s.n.], 2011.
- LEITE, I. C. Cooperação Sul-Sul: conceito, história e marcos interpretativos. *Observador on-line*, Rio de Janeiro, 7, n. 03, mar. 2012. Disponível em: <http://observatorio.iesp.uerj.br/images/pdf/observador/observador_v_7_n_03_2012.pdf>. Acesso em: 22 set. 2014.
- LÜTHI, L. The People's Republic of China and the Warsaw Pact Organization, 1955-63. *Cold War History*, 07, n. 04, nov. 2007. 479-494. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14682740701621762#.VOYtj-aG9HU>>. Acesso em: 11 fev. 2015.
- MITCHELL, D. J. China and the developing world. In: CSIS *The China Balance Sheet in 2007 and Beyond*. Washington: [s.n.], 2007. Disponível em: <<http://csis.org/programs/freeman-chair-china-studies/china-balance-sheet/papers>>. Acesso em: 10 maio 2013.
- MOYO, D. *O vencedor leva tudo: a corrida chinesa por recursos e seu significado para o mundo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.
- ONU. Archivo de países que aportan contingentes de soldados y policías (1990-2014). *Naciones Unidas: mantenimiento de la paz*, 2015. Disponível em: <http://www.un.org/es/peacekeeping/resources/statistics/contributors_archive.shtml>. Acesso em: 25 jan. 2015.
- ONU. Países que aportan contingentes de soldados y policías. *Naciones Unidas: mantenimiento de la paz*, 2015b. Disponível em: <<http://www.un.org/es/peacekeeping/resources/statistics/contributors.shtml>>. Acesso em: 25 jan. 2015.
- PECEQUILO, C. *A política externa do Estados Unidos: continuidade ou mudança*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- PEDROZO, G. E. *Reestruturação das Instituições de Controle das Empresas Estatais chinesas*. Marília: UNESP, 2012. 165f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP. Marília. 2012.
- PIRES, M. C. *A política de desenvolvimento pacífico da China: uma estratégia em xeque*. Congreso nacional ALADAA de Argentina. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires. 2014.
- PIRES, M. C.; SANTILLÁN, G. Reflexões sobre a relação China e América Latina. In: SERBIN, A.; MARTINEZ, L.; RAMANZINI JUNIOR, H. *Atlántico vs. Pacífico? America Latina y el Caribe, los cambio regionales y los desafios globales*. Buenos Aires/La Habana/São Paulo: Cordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales, 2014. p. 343-380.

SHIRK, S. *China: fragile superpower*. New York: Oxford University Press, 2007.

STAEHLE, S. *China's participation in the United Nations peacekeeping regime*. Washington: The George Washington University, 2006. 116f. Thesis (Master of Arts). Elliot School of International Affairs. Washington. 2006.

UN. debate showcases China's growing global role. *Xinhua*, 2015. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2015-02/26/c_134021070.htm>. Acesso em: 28 fev. 2015.

VIGEVANI, T. *Terceiro mundo: conceito e história*. São Paulo: Ática, v. 2ª, 1994.

WALLERSTEIN, I. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo, 2007.